

Capítulo 6

ASPECTOS JURÍDICO-INSTITUCIONAIS

6) ASPECTOS JURÍDICO-INSTITUCIONAIS

Tanto no âmbito federal, como no estadual e municipal, a legislação vigente no país é dotada de um conjunto de leis e decretos relacionados à questão do meio ambiente, que tem por objetivo o uso coerente dos recursos naturais, visando o desenvolvimento socioeconômico do país e a qualidade de vida da população.

Assim, são apresentadas a seguir as leis, decretos, resoluções e normas, relacionadas tanto ao processo de licenciamento ambiental de empreendimentos, assim como a proteção ao meio ambiente e uso e ocupação do solo e, mais ainda, um exame da legislação incidente e aplicável especificamente à ampliação do Aeroporto de Viracopos, com ênfase nas questões ligadas ao controle e proteção ambientais e nos aspectos institucionais que lhe são inerentes.

Dessa forma, pretende-se neste capítulo compor um referencial básico que contribua à compreensão, não só da natureza e objetivos do presente estudo ambiental, enquanto instrumento de licenciamento ambiental, mas também das possibilidades e limitações de competência que o ordenamento jurídico-institucional impõe ao tratamento das diversas ações necessárias à sua consecução.

6. 1) LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

A Constituição Federal, promulgada em 1988 e em vigor, é dotada de um conjunto próprio sobre meio ambiente, bem como das imposições legais de preservá-lo. No Art. 225º, estatui que *“todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”*.

- *Lei Federal nº. 6.938/81* - Institui a PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
- *Lei Federal nº. 7.347/85* - Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- *Lei Federal nº. 9.605/98* - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências. (conhecida como a Lei de crimes ambientais).

6.1.1.) Licenciamento Ambiental

Os empreendimentos do segmento ora abordado estão sujeitos a licenciamento junto ao órgão ambiental competente, conforme instrumentos legais mostrados a seguir:

⇒ **Legislação Federal**

- *Lei n.º 6.938/81* – que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismo de formulação e aplicação (alterada pelas leis 7804/89, 8028/90 e 9649/98). A Política Nacional de Meio Ambiente tem como objetivos a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental com a intenção de garantir ao país as condições de

desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana atendendo aos princípios definidos por esta lei.

- *Resolução CONAMA 001/86* – que define impacto ambiental e estabelece critérios básicos e diretrizes gerais para o relatório de impacto ambiental (alterada pelas Resoluções 011/86 e 237/97).
- *Resolução CONAMA 006/86* – aprova os modelos de publicação de pedidos de licenciamento que devem constar, em periódicos e no Diário Oficial do Estado. Nesta resolução é enumerado todo o conteúdo do pedido de licenciamento.
- *Resolução CONAMA 237/97* – dispõe sobre o licenciamento ambiental. Por esta resolução fica estabelecida que a construção, instalação ampliação e funcionamento de qualquer estabelecimento que utilize recursos ambientais e possa de alguma maneira ameaçar o meio ambiente necessita do licenciamento do órgão ambiental competente do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA.

⇒ **Legislação Estadual**

- *Resolução SMA nº. 01/90* – determina (art. 1º) que toda obra ou atividade pública ou privada, mesmo licenciada, autorizada ou aprovada por quaisquer órgãos ou entidades do poder público e que não tenha sido objeto do EIA/RIMA, deverá apresentar esse estudo, nos termos dos critérios fixados pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente- SMA, observado, no que couber, o disposto na Resolução CONAMA 01/86.
- *Resolução SMA nº. 19/91* – aprova os procedimentos para análise do EIA/RIMA no âmbito da SMA, com modelo de requerimento e relação dos documentos a serem apresentados.
- *Resolução SMA nº. 42/94* – determina procedimentos para análise de Estudos de Impacto Ambiental, no âmbito da SMA. Instrui dois instrumentos preliminares ao EIA/RIMA: o Relatório Preliminar Ambiental - RAP e o Termo de Referência – TR, sendo o licenciamento ambiental realizado em etapas: Licença Prévia-LP, Licença de Instalação - LI e Licença de Operação-LO.
- *Resolução SMA nº. 11/98* – dispõe sobre a realização de reunião técnica informativa, aberta à participação do público, no procedimento para análise dos estudos de impacto ambiental, conforme disposto na Resolução SMA nº. 42/94.
- *Resolução SMA nº. 55/98* – cria na Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e Proteção de Recursos Naturais – CPRN, um Grupo Técnico de apoio às unidades de licenciamento, com atribuição de analisar e emitir pareceres técnicos, a fim de subsidiar o licenciamento em áreas de cerrado.
- *Resolução SMA nº. 54/04* – dispõe sobre procedimentos para o licenciamento ambiental no âmbito do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – DAIA da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais – CPRN da Secretaria do Meio Ambiente-SMA (art. 1º).
- *Decreto Estadual nº. 47400 de 04/12/02* – regulamenta dispositivos da Lei Estadual nº. 9509, de 20 de março de 1997, referentes ao licenciamento ambiental, estabelecendo prazos de validade para as diferentes modalidades de licenciamento ambiental, estabelecendo prazo de análises e institui procedimento de notificação de suspensão ou encerramento de atividade.

6.1.2) Audiência Pública

A audiência pública corresponde a uma das etapas do processo de licenciamento ambiental de empreendimentos e tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo dos estudos ambientais, assim como incentivar as discussões relativas às questões ambientais e a participação da população, sendo regulamentada por alguns instrumentos legais como:

- *Resolução CONAMA 001/86* - estabelece que órgão ambiental, sempre que julgar necessário, promoverá a realização de audiência pública para informação sobre o projeto, seus impactos ambientais e discussão do EIA/RIMA (art. 11, § 2º).
- *Resolução CONAMA 009/87* - estabelece que o órgão ambiental promoverá audiência pública sempre que julgar necessário ou quando solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público ou por mais de 50 cidadãos (no art. 2º).
- *Resolução CONAMA 237/97* - garante a realização de audiências públicas como parte do processo de licenciamento ambiental de empreendimentos capazes de causar degradação ambiental (no art. 100, inciso V).
- *Deliberação CONSEMA 50 de 20/11/92* - aprova norma para convocação e condução de audiências públicas.

6.1.3) População Afetada

- *Constituição Federal/88* – garante o direito de propriedade, condicionando-a a atender sua função social (art. 5); determina que compete à União legislar sobre desapropriações (art. 22 - In. II); dispõe sobre as características da função social da propriedade rural (art. 186).

6.1.4) Fauna

Alguns dos instrumentos legais relacionados à conservação da fauna (aquática e terrestre) que devem ser considerados para o planejamento, implantação e operação de empreendimentos.

⇒ Legislação Federal

- *Lei Federal n.º 5.197/67* - (alterada pelas Leis 7.653/88; 7.679/88 e 9.111/95) dispõe sobre a proteção à fauna.
- *Resolução CONAMA 020/86* – estabelece critérios, limites e condições para classificação e enquadramento dos corpos hídricos e classes destinadas à preservação do equilíbrio natural e proteção das comunidades aquáticas (art. 1º).
- *Lei Federal n.º 7.653/88* – altera a redação dos art. 18º, 27º, 33º e 34º da Lei n.º 5.197, que dispõe sobre a proteção da fauna.
- *Lei Federal n.º 9.605/98* – estabelece os crimes contra a fauna (art. de 29º, 37º e 54º).
- *Constituição Federal/88* – determina que é da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios preservar as florestas, fauna e flora (art. 23, inc. VII).

⇒ Legislação Estadual

- *Decreto Estadual n.º 42.838/98* – declara as espécies da fauna silvestre ameaçadas de extinção e as provavelmente ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo
- *Portaria DG-DEPRN n.º 42/00* – estabelece no art. 2º que para implantação de atividades, obras ou empreendimentos onde seja necessária a supressão de vegetação nativa nos estágios médio e avançado de regeneração, deverão ser apresentados estudos e ações efetivas visando à manutenção saudável das espécies da fauna nativa, principalmente quando existir no local espécies ameaçadas de extinção previstas no Decreto Estadual n.º 42.338/98.

6.1.5) Flora

A vegetação no País tem merecido constante tutela legal, conforme algumas leis mencionadas a seguir:

⇒ **Legislação Federal**

- *Constituição Federal/88* – determina que é da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios preservar as florestas, fauna e flora (art. 23, inc. VII).
- *Lei Federal nº. 4.771/65* – institui o Código Florestal.
- *Lei Federal nº. 7.754/89* – estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios (art. 1º).
- *Lei Federal nº. 7.803/89* – altera a redação da Lei Federal 4.771/65, que dispõe sobre o novo Código Florestal.
- *Lei Federal nº. 9.605/98* – estabelece as condutas consideradas crime contra a flora (art. 38 a 53 e 54).
- *Resolução CONAMA 004/85* – Dispõe sobre definições e conceitos sobre Reservas Ecológicas.
- *Resolução CONAMA 303/05* – Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

⇒ **Legislação Estadual**

- *Resolução SMA nº. 55/95* – cria, através do art. 1º, na Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e Proteção de Recursos Naturais-CPRN, um Grupo Técnico de apoio às unidades de licenciamento, com atribuição de analisar e emitir pareceres técnicos, a fim de subsidiar o licenciamento em empreendimentos, obras ou atividades a serem implantadas em áreas de formações de cerrado.
- *Portaria DG-DEPRN nº. 42/00* – estabelece no art. 2º que para implantação de atividades, obras ou empreendimentos onde seja necessária a supressão de vegetação nativa nos estágios médio e avançado de regeneração, deverão ser apresentados estudos e ações efetivas visando à manutenção saudável das espécies da fauna nativa, principalmente quando existir no local espécies ameaçadas de extinção previstas no Decreto Estadual nº. 42.338/98.

6.1.6) Recursos Hídricos

Todo e qualquer empreendimento que utilize recursos hídricos ou o afetem, sob qualquer forma, estão sujeitos à legislação indicada abaixo:

⇒ **Legislação Federal**

- *Resolução CONAMA 020/86* – estabelece a classificação das águas do território nacional, estabelecendo condições para classificação e enquadramento dos corpos hídricos de acordo com seu uso preponderante.
- *Portaria DNAEE 673/94* – aprova norma para apresentação de projetos de exploração de recursos hídricos.
- *Lei Federal nº. 9.433/97* – institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

- *Resolução CONAMA 357/05* – dispõe sobre a classificação dos corpos d'água e diretrizes ambientais para seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.

⇒ **Legislação Estadual**

- *Lei nº. 1.172/76* – que delimita as áreas de proteção relativa aos mananciais, cursos e reservatórios de água e estabelece normas de restrição de uso do solo em tais áreas.
- *Decreto 10.755 de 22/11/77* – dispõe sobre o enquadramento dos corpos d'água receptores do Decreto 8468/76.
- *Lei nº. 6.134 de 02/06/88* – dispõe sobre a preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas do Estado de São Paulo.
- *Lei nº. 7.663 de 30/12/91* – estabelece normas de orientação à Política de Recursos Hídricos bem com ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos, sendo a outorga disciplinada pelo Decreto Estadual nº. 41.258/96 e o uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos objeto da Portaria DAEE nº. 717/96. O DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica é o órgão gestor dos recursos hídricos do Estado de São Paulo.
- *Decreto 32.955/91* – regulamenta a lei 6134/88 de Água Subterrânea
- *Portaria 717/96 DAEE* – dispõe sobre a outorga de uso da água.
- *Decreto 41285/96* – regulamenta a outorga de direito de uso dos recursos hídricos e da Portaria 717/96. o DAEE passou a desempenhar mais decididamente seu papel de agente fiscalizador.
- *Resolução SMA nº 54/08* – estabelece procedimentos para o DAIA receber contribuições /sugestões técnicas dos Comitês de Bacia por análise de Estudos de Impacto Ambiental e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

6.1.7) Unidades de Conservação/ Compensação Ambiental

O planejamento, a implantação e a operação de determinados empreendimentos estão, freqüentemente, relacionados a interferências com unidades de conservação e outras áreas protegidas. O reconhecimento da importância destas áreas está previsto na legislação ambiental. Assim, apresenta-se a seguir os instrumentos legais acerca de unidades de conservação:

⇒ **Legislação Federal**

- *Lei Federal nº. 9.985/00* – institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá providências quanto à gestão das unidades de conservação.
- *Resolução CONAMA nº. 002/96* – determina como requisito do licenciamento de atividades de relevante impacto ambiental, a implantação de uma unidade de conservação ou outras alternativas, a fim de reparar os danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas (art. 1º e § 1º).
- *Resolução CONAMA nº. 303/02* – dispõe sobre limites e conceitos de Áreas de Preservação Permanente (APP's). No art. 2º são apresentadas definições e no art. 3º são estabelecidas as áreas de preservação permanente.
- *Resolução CONAMA nº. 371/06* – estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental.

⇒ **Legislação Estadual**

- *Resolução SMA nº. 16/01* – institui o “compromisso de compensação ambiental” no âmbito do órgão central e dos órgãos executores do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental – SEAQUA e no art. 2º determina que o compromisso tem por objetivo determinar o valor e o modo pelo qual o empreendedor deve cumprir a obrigação de compensação ambiental por degradação ocasionada pela implantação de atividade ou empreendimento sujeito à obtenção de quaisquer das espécies de licença ambiental.
- *Portaria DEPRN nº. 05/02* – define o valor e o modo pelo qual se fará a compensação ambiental para os casos de supressão de vegetação nativa e corte de árvores isoladas.
- *Resolução SMA nº. 56/06* – estabelece a gradação de impacto ambiental para fins de cobrança de compensação ambiental decorrente do licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental.
- *Resolução SMA nº. 19/07* – dá nova redação aos artigos 2º, 4º, 5º, 6º e 7º da Resolução SAM nº 18/04, que dispõe sobre a Câmara de Compensação Ambiental, dando as competências da Câmara de Compensação Ambiental na análise das propostas durante o processo de licenciamento ambiental.

6.1.8) Poluição (Água e Ar)

Para o planejamento, implantação e operação de empreendimentos deve-se considerar os seguintes instrumentos da legislação ambiental:

⇒ **Legislação Federal**

- *Decreto Federal 24.643/34* – Código de Águas (e alterações) que estabelece como ilícito a contaminação de águas não consumidas, com prejuízo de terceiros (art. 109).
- *Lei Federal nº. 6.938/81* – que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, estabelecendo as penas para os poluidores (art. 14º e 15).
- *Lei Federal nº. 9.605/98* – estabelece os crimes decorrentes de poluição (art. 33 e art. 54º a 61º).
- *Resolução CONAMA 003/90* - estabelece padrões de qualidade do ar, previstos no PRONAR estabelecido pela Resolução CONAMA 005/89.
- *Resolução CONAMA 008/90* – estabelece limites máximos de emissão de poluentes do ar (padrões de emissão) em fontes fixas de poluição.
- *Resolução CONAMA 005/98* – institui o Programa Nacional de Controle de Poluição do Ar.
- *Resolução CONAMA 382/06* – estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fonte fixas.

⇒ **Legislação Estadual**

- *Lei Estadual nº. 997/76* – esta lei está regulamentada pelo Decreto nº. 8.468/76, que dispõe sobre a poluição do meio ambiente, disciplinando o controle da poluição das águas, do ar, por resíduos, sonora, modificada pelo Decreto nº. 47.397/02 em alguns artigos.
- *Decreto Lei 1413/75* – dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocado por atividades industriais.
- *Decreto nº. 47.397/02* – dá nova redação ao Título V e ao Anexo 5 e acrescenta os Anexos 9 e 10, ao Regulamento da Lei nº. 997/76, aprovado pelo decreto 8.466/76, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente.

- *Decreto nº. 48.523/04* - Introduz alterações no Regulamento da Lei nº. 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº. 8.468, de 8 de setembro de 1976 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente e dá providências correlatas
- *Decreto nº. 50.753/06* - Altera a redação e inclui dispositivos no Regulamento aprovado pelo Decreto nº. 8.468, de 8 de setembro de 1976, disciplinando a execução da Lei nº. 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre controle da poluição do meio ambiente e dá providências correlatas.

6.1.9) Recuperação de Áreas Degradadas

A recuperação de áreas degradadas está frequentemente relacionada ao planejamento, implantação e operação de empreendimentos.

⇒ Legislação Federal

- *Lei Federal nº. 6.938/81* - dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente – artigos 2º, inc. VIII e IX e artigo 4º, inc. VI.

⇒ Legislação Estadual

- *Resolução SMA 21/01* – Fixa orientação para o reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas e dá providências correlatas. No art. 1º, com a finalidade de ser promovido o reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas, especialmente nas matas ciliares, o Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais - DEPRN, observado o rigoroso cumprimento do disposto no Decreto nº. 46.113, de 21 de setembro de 2001, verificará a possibilidade, consideradas as peculiaridades locais e regionais e tanto quanto possível, do uso de espécies nativas com algumas proporções, constantes em Anexo da resolução.

6.1.10) Poluição Sonora

⇒ Legislação Federal

- *Resolução CONAMA 001/90* - O Conselho Nacional de Meio Ambiente, através da Resolução nº001/90 previu que a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política, obedecerá, no interesse da saúde pública e do sossego público, aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidas na ABNT- NBR-10.151.
- *NBR 10.151* - avaliação dos ruídos em áreas habitadas visando o conforto da comunidade. Norma da ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnica, revista em 2.000, onde estabelece os níveis máximos de ruído externo que considera recomendável para o conforto acústico.
- *NBR 12.859* - avaliação do impacto sonoro gerado por operações aeronáuticas, estabelece como critério que o impacto sonoro é significativo caso o ruído aeronáutico ultrapasse o ruído de fundo em mais de 3 dB(A). Abaixo deste patamar o impacto sonoro é considerado desprezível.

⇒ **Legislação Estadual**

- *Lei Estadual nº. 997/76* – esta lei está regulamentada pelo Decreto nº. 8.468/76, que dispõe sobre a poluição do meio ambiente, disciplinando o controle da poluição das águas, do ar, por resíduos, sonora, modificada pelo Decreto nº. 47.397/02 em alguns artigos.

6.1.11) Resíduos Sólidos

⇒ **Legislação Federal**

- *Resolução CONAMA nº. 02/91* – determina responsabilidades dos órgãos competentes na adoção de medidas e soluções quando da ocorrência de problemas relacionados a cargas deterioradas, contaminadas, fora de especificação ou abandonadas. No art. 5º prevê áreas para armazenamento dessas cargas.
- *Resolução CONAMA nº. 06/91* - Desobriga a incineração ou qualquer outro tratamento de queima dos resíduos sólidos provenientes dos estabelecidos de saúde, postos e aeroportos, ressalvados os casos previstos em leis e acordos internacionais.
- *Resolução CONAMA nº. 05/93* - Dispõe sobre normas mínimas para tratamento de resíduos sólidos oriundos de serviços de saúde, portos e aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários dá definições, classificações e procedimentos para seu gerenciamento e dá outras providências.
- *Resolução CONAMA nº. 09/93* - Dispõe sobre o gerenciamento, reciclagem, descarte, disposição, combustão, industrialização e comercialização de óleos lubrificantes usados ou contaminados.
- *Decreto Federal nº. 5.940 de 25/10/06* – institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis e dá outras providências.
- *Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 56 de 06/08/2008* - dispõe sobre regulamento técnico de boas práticas no gerenciamento de resíduos sólidos nas áreas de portos, aeroportos, passagens de fronteiras e recintos alfandegários.

⇒ **Legislação Estadual**

- *Lei Estadual nº. 997/76* – esta lei está regulamentada pelo Decreto nº. 8.468/76, que dispõe sobre a poluição do meio ambiente, disciplinando o controle da poluição das águas, do ar, por resíduos, sonora, modificada pelo Decreto nº. 47.397/02 em alguns artigos.

6.1.12) Efluentes

⇒ **Legislação Federal**

- *Resolução CONAMA nº. 05/88* - Submete ao licenciamento ambiental as obras de sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgoto sanitário, sistemas de drenagem e sistemas de limpeza urbana.
- *Resolução CONAMA 357/05* – dispõe sobre a classificação dos corpos d'água e diretrizes ambientais para seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.

⇒ **Legislação Estadual**

- *Lei nº. 12.300/06* – institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes para o Estado de São Paulo.

6.1.13) Fumigação

- *Portaria Interministerial nº. 499/99- Ministério da Agricultura e Abastecimento e da Fazenda* – institui a obrigatoriedade de fumigar as madeiras procedentes de território norte-americano, da China (incluindo Hong Kong), Coreia do Norte, Coreia do Sul e Japão. Essa portaria visava coibir a introdução de pragas no país, por intermédio de embalagens, suportes, estrados e outras peças de madeira, hospedeira de pragas daninhas à flora e à economia nacional.
- *Portaria Interministerial nº. 146/00 - Ministério da Agricultura e Abastecimento e da Fazenda* – determinou que as embalagens e suportes de madeira provenientes dos Estados Unidos fossem dispensados de apresentação de certificado fitossanitário, ou de certificados de fumigação. Essa suspensão da obrigatoriedade é restrita apenas a este país, permanecendo a necessidade de tratamento para as embalagens oriundas da Ásia.
- *Resolução RDC 19 de 03/03/2000/ANVISA* – estabelece a proibição da utilização do brometo de metila no tratamento de madeiras em todo o território nacional.
- *Instrução Normativa Conjunta nº. 1, de 10/09/02 – Secretaria da Defesa Agropecuária, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ANVISA e IBAMA* - define em seus artigos 4º e 5º, sobre o uso do brometo de metila no processo de fumigação e locais específicos para estas operações, obedecendo às normas ambientais e sanitárias vigentes.
- *Instrução Normativa nº. 1, de 14/02/03 – Secretaria da Defesa Agropecuária, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ANVISA e IBAMA* - onde altera o art. 5º da Instrução Normativa nº. 1, de 10/09/2002, onde define os locais onde são permitidas as operações de fumigação, modo de realização, especificação e características dos materiais e produtos e procedimentos operacionais.

6.1.14) Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

⇒ **Legislação Federal**

- *Portaria IPHAN nº. 230 de 17/12/02* – considerando os artigos 20º, 23º, 215º e 216º da Constituição Federal, o disposto na Lei nº. 3.924, de 26/07/61, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos nacionais, o disposto na Portaria SPHAN nº. 07, de 01/12/88, que trata do ato de outorga para executar determinado projeto que afete diretamente ou indiretamente sítio arqueológico e considerando também a necessidade de compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais, na fase de obtenção de Licença Prévia (EIA/RIMA) deverá, segundo art. 1º, proceder a contextualização arqueológica e etnohistórica da área de influência.

⇒ **Legislação Estadual**

- *Resolução SMA – 34, de 27/08/03* – dispõe sobre as medidas necessárias à proteção do patrimônio arqueológico e pré-histórico quando do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente causadores de significativo impacto ambiental, sujeitos à apresentação de EIA/RIMA, e dá providências correlatas.

6.1.15) Uso e Ocupação do Solo

⇒ Legislação Federal

- *Resolução CONAMA nº. 04/95* - Proíbe a instalação de atividades que se constituam em "foco de atração de pássaros" em Área de Segurança Aeroportuária.
- *Lei Federal nº. 10.257/01 (Estatuto da Cidade)* – no art. 2º são arroladas as diretrizes urbanísticas gerais, inclusive a ordenação e controle do uso do solo.

⇒ Legislação Municipal

A legislação sobre uso e ocupação do solo para os municípios de Campinas e Indaiatuba estão apresentadas para cada município, nos itens 6.2 e 6.3, através do Plano Diretor.

6.1.16) Normas ABNT

- *NBR 10004* - Resíduos sólidos – Revisada em 2004 - dispõe sobre a classificação dos resíduos sólidos.
- *NBR 11174* - Armazenamento de resíduos classe II - não inertes e III - inertes – Procedimento
- *NBR 13463* - Coleta de resíduos sólidos – Classificação
- *ABNT 15495-1* – Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aquíferos granulares / Parte 1: projeto e construção)
- *NBR 10151* - Dispõe sobre a avaliação de ruídos em áreas habitadas
- *NBR 10152* - Dispõe sobre níveis de ruído para conforto acústico
- *NBR 8969* - Poluição do ar – Terminologia
- *NBR 11682* - Estabilidade de taludes – Procedimento

6.1.17) Desapropriações

Desapropriação é uma venda compulsória ao poder público ou a seus concessionários, em face de um interesse público, que pode ser uma utilidade, necessidade ou interesse social. Conforme o interesse pode ser a modalidade de desapropriação, a saber: por utilidade pública, para reforma agrária, para reurbanização, temporária em caso de situações emergenciais, por interesse social, etc. Para o caso das desapropriações a serem efetuadas no Aeroporto Internacional de Viracopos/Campinas já existem os decretos exprobatórios, descritos abaixo.

- *Decreto Lei nº. 3.365/41* – dispõe sobre desapropriação por utilidade pública, sendo modificada após esse decreto, através de acréscimos ou modificações de artigos.
- *Constituição Federal/88* – garante o direito de propriedade, condicionando-a a atender sua função social (art. 5); determina que compete à União legislar sobre desapropriações (art. 22 - In. II); dispõe sobre as características da função social da propriedade rural (art. 186).
- *Lei Federal nº. 4.132/62* – que define os casos de desapropriação por interesse social, e considera como no art. 2º, inc. VI, que define interesse social como as terras e águas suscetíveis de valorização extraordinária, pela conclusão de obras e serviços públicos, notadamente de saneamento, portos, transporte, eletrificação, armazenamento de água e irrigação, no caso em que não sejam ditas áreas socialmente aproveitadas.

- *Lei Federal nº. 5.862/72* (instituição da INFRAERO) – no art. 9º autoriza a INFRAERO a promover desapropriações nos termos da legislação em vigor, sendo-lhe facultado transferir o domínio e a posse dos bens desapropriados às suas subsidiárias, desde que mantida a destinação prevista no ato de declaração de utilidade pública.
- *Decreto Exprobitório nº. 14.031/79 (Estadual)* – declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis situados no município de Campinas e Indaiatuba, necessário à ampliação do Aeroporto de Viracopos (área de 20 km² a ser desapropriada).
- *Decreto Exprobitório nº. 18.985/82 (Estadual)* – muda a redação do art. 1º do Decreto nº. 14.031 (área de 12,77 km² a ser desapropriada).
- *Decreto Exprobitório nº. 31.910/90 (Estadual)* - convalida as disposições dos Decretos 14.031/79 e 18.985/82, que declaram de utilidade pública, para fim de desapropriação, imóveis necessários à ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos/Campinas.
- *Decreto Exprobitório nº. 40.196/95 (Estadual)* - convalida as disposições dos Decretos 14.031/79, 18.985/82 e 31.910/90, que declaram de utilidade pública, para fim de desapropriação, imóveis necessários à ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos/Campinas.
- *Decreto Exprobitório nº. 45.058/00 (Estadual)*- convalida as disposições dos Decretos 14.031/79, 18.985/82, 31.910/90 e 40.196/95, que declaram de utilidade pública, para fim de desapropriação, imóveis necessários à ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos/Campinas e dá nova redação ao art. 4º, onde as despesas com execução do decreto correrão por conta da INFRAERO, regulada em convênio com o Governo do Estado de São Paulo.
- *Lei Federal nº. 10.257/01- Estatuto da Cidade* – regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece um novo conceito para a propriedade urbana, separando o direito de superfície do potencial construtivo, acarretando em um valor importante no cálculo indenizatório. No capítulo II, art. 4º determina a utilização do EIA - estudo prévio de impacto ambiental e do EIV – estudo prévio de impacto de vizinhança como instrumento da política urbana.
- *Decreto nº. 49.763/05 (Estadual)*- convalida as disposições dos Decretos 14.031/79, nº. 18.985/82, nº. 31.910/90, nº. 40.196/95 e nº. 45.058/00, que declaram de utilidade pública, para fim de desapropriação, imóveis necessários à ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos/Campinas.
- *Decreto nº. 50.767/06 (Estadual)* - revoga o Decreto nº. 49.763/05 que convalidava os Decretos 14.031/79, nº. 18.985/82, nº. 31.910/90, nº. 40.196/95 e nº. 45.058/00, que declaravam de utilidade pública, para, que declaram de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis situados nos municípios de Campinas e Indaiatuba, considerados necessários à ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos/Campinas.
- *Decreto nº. 15.378/06 – 06/02/2006 (Município de Campinas)* - declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de áreas destinadas à ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos/Campinas.
- *Decreto nº. 15.503/06 – 08/06/2006 (Município de Campinas)* - declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de áreas destinadas à ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos/Campinas.

- *Decreto nº. 14.301/06 – 27/09/2006 (Município de Campinas)* - declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de áreas destinadas à ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos/Campinas.
- *Termo de Cooperação nº.003/2008/0026* – Termo de Cooperação entre a Infraero e a Prefeitura do Município de Campinas, em 21 de Fevereiro de 2008, tem por objeto a desapropriação das áreas necessárias à ampliação do Aeroporto Internacional de Campinas, definindo as atribuições do município e da Infraero, para realização das desapropriações e para pagamento das indenizações dos expropriados da área.
- *Decreto nº. 16.302 – 18/07/2008 (Município de Campinas)* - declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de áreas destinadas à ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos/Campinas.

6. 2) LEGISLAÇÃO AMBIENTAL - MUNICÍPIO DE CAMPINAS

⇒ Resíduos Sólidos / Ruídos

- *Resolução COMDEMA nº. 001, de 23 de Setembro de 1992* – Procedimentos na destinação dos resíduos sólidos no Município de Campinas.
- *Lei Municipal nº. 6.846 /91* – Dispõe sobre descarga de terra e entulho em locais apropriados para o município de Campinas
- *Lei Municipal nº. 2.516/61*, dispõe sobre ruídos urbanos, localização e funcionamento de estabelecimentos incômodos, nocivos e perigosos. Essa lei foi regulamentada pelo Decreto Municipal nº. 5.441/78.

⇒ Plano Diretor

- *Lei Municipal nº. 6.031/88* – Dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo no município de Campinas.
- *Lei Complementar nº. 002/91* – lei aprovando o Plano Diretor do Município de Campinas.
- *Lei Complementar nº. 004/96* – dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Campinas. No Capítulo IV – da Estruturação Urbana, Seção I – das Macrozonas de Planejamento, no artigo nº. 41 explica que o macrozoneamento de Planejamento, tem como finalidade a proposição do ordenamento e definição das orientações estratégicas de planejamento do crescimento e das políticas públicas, programas e projetos em áreas diferenciadas do território municipal, visando o equacionamento de sua problemática ambiental, urbanística e sócio-econômica. Já no artigo nº. 42, há a divisão do município em sete macrozonas, sendo que a Macrozona 7 – considerada área imprópria à urbanização é onde está localizado o Aeroporto Internacional de Viracopos/Campinas.
- *Lei Complementar nº. 05/00* – acresce disposto na Lei de Uso e Ocupação do Solo em relação à área e entorno do Aeroporto de Viracopos. No art. 1º, estabelece que faz parte da Zona 18, as áreas sob influência dos impactos ambientais gerados pelas operações aeroportuárias no município de Campinas.
- *Lei Complementar nº. 15/06* – revisão do Plano Diretor do Município de Campinas, com alteração da denominação da macrozona onde está inserido o aeroporto, de Área Imprópria a Urbanização – AIU para Área de Influência Aeroportuária – AIA.

⇒ **Proteção ao Meio Ambiente / Recursos Hídricos**

- *Lei Municipal nº. 10.841/01* – dispõe sobre a criação do sistema de administração da qualidade ambiental e de proteção dos recursos naturais e animais do Conselho Municipal de Meio Ambiente. No art. 2º especifica o objetivo desse conselho, que é o de promover a participação organizada da sociedade civil no processo de discussão e definição da Política Ambiental, em questões referentes à preservação, conservação, defesa, recuperação, reabilitação e melhoria do meio ambiente natural e construído no município de Campinas.
- *Lei Municipal nº. 10.850/01* – cria a Área de Proteção Municipal – APA de Campinas, como instrumento da política ambiental e corresponde à Macrozona 1 do Plano Diretor do Município de Campinas e compreende os municípios de Sousas, o rio Atibaia e o limite intermunicipal Campinas-Jaguariúna e Campinas-Pedreira.
- *Decreto Municipal nº. 13.852/02* – Acrescenta os parágrafos 5º e 6º ao Artigo 4º do Decreto nº. 10.816, de 15 de junho de 1.992, que “aprova o regulamento da Lei nº. 6.764, de 13 de novembro de 1.991, que autoriza o executivo a observar, no Município de Campinas, a Legislação Federal e Estadual concernentes às ações de vigilância e fiscalização exercidas na promoção, proteção e recuperação da saúde e preservação do meio ambiente, e dá outras providências.
- *Lei Municipal nº. 12.787/06* – institui a Política Municipal de Recursos Hídricos, estabelecendo normas e diretrizes para a conservação e preservação dos recursos hídricos e cria o Sistema Municipal de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

6.3) LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

- *Lei Municipal nº. 4.067/01* – institui o Plano Diretor do município de Indaiatuba, estabelecendo no art. 11º como via arterial a rodovia Engenheiro Paulo de Tarso Souza Martins que liga à região de Viracopos.
- *Lei Municipal nº. 4.006/01* – dispõe sobre o ordenamento do uso e da ocupação do solo do município de Indaiatuba e dá outras providências.
- *Lei Municipal nº. 4.594/04* - altera os perímetros nos Anexos da Lei nº. 4.067, de 24/09/01, que dispõe sobre a instituição do Plano Diretor do Município de Indaiatuba – PDI.

6.4) LEGISLAÇÃO AEROPORTUÁRIA

A INFRAERO - Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária, foi autorizada a se constituir através da Lei nº. 5.862/72, ficando vinculada ao Ministério da Aeronáutica, com a finalidade de implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infra-estrutura aeroportuária. Atualmente a INFRAERO está vinculada ao Ministério da Defesa.

Cabe destacar que embora a INFRAERO seja responsável pela administração aeroportuária, ela não detém o poder normativo e de fiscalização, que é competência do Departamento de Aviação Civil-DAC, órgão subordinado ao Comando da Aeronáutica – Ministério da Defesa, criado por meio do Decreto 19.902 de 22 de abril de 1931. O DAC tem por missão a consecução dos objetivos da Política Aeroespacial Nacional no setor da Aviação Civil, pública e privada.

- *Lei 7.565/86* - instituiu o Código Brasileiro de Aeronáutica, em substituição ao Código Brasileiro do Ar, que regulamenta as atividades aeroportuárias como o espaço aéreo e seu uso para fins aeronáuticos, o tráfego aéreo, a infraestrutura, zonas de proteção, atividades de proteção ao voo, restrições em áreas no entorno dos aeroportos, entre outros. Entre seus artigos destacam-se:

art. 25º - define infra-estrutura aeronáutica como sendo o conjunto de órgãos, instalações ou estruturas terrestres de apoio à navegação aérea promovendo sua segurança, regularidade e eficiência;

art. 26 - define o sistema aeroportuário como o conjunto de aeródromos brasileiros, que podem ser classificados em civis e militares (*art.28º*), sendo os aeródromos civis classificados em públicos e privados (*art. 29º*);

art.38º- define o proprietário do patrimônio aeroportuário e no *39º* as áreas que compreendem os aeroportos.

art. 43º- As propriedades vizinhas dos aeródromos e das instalações de auxílio à navegação aérea estão sujeitas a restrições especiais, relativas ao uso das propriedades quanto a edificações, instalações, culturas agrícolas e objetos de natureza permanente ou temporária, e tudo mais que possa embaraçar as operações de aeronave ou causar interferência nos sinais dos auxílios à rádio-navegação ou dificultar a visibilidade de auxílios visuais;

art. 44 - determina que essas restrições são as especificadas pela autoridade aeronáutica, mediante aprovação de planos, válidos, para cada tipo de auxílio à navegação aérea, como: Plano Básico de Proteção de Aeródromos; Plano de Zoneamento de Ruído; Plano Básico de Zona de Proteção de Helipontos; Planos de Zona de Proteção e Auxílios à Navegação Aérea;

art. 45 - determina que a autoridade aeronáutica poderá embargar a obra ou construção de qualquer natureza que contrarie os Planos Básicos ou os Específicos de cada aeroporto, ou exigir a eliminação dos obstáculos levantados em desacordo com os referidos Planos, posteriormente à sua publicação, por conta e risco do infrator, que não poderá reclamar qualquer indenização; e

art. 46 - determina que se as restrições estabelecidas impuserem demolições de obstáculos levantados antes da publicação dos Planos Básicos ou Específicos, terá o proprietário direito a indenização.

- *Resolução CONAMA 004/95* define Área de Segurança Aeroportuária – ASA, destacando-se alguns artigos como:

art. 1º - são áreas abrangidas por um determinado raio a partir do “centro geométrico do aeródromo”, de acordo com seu tipo de operação, divididas em 2 categorias: raio de 20 km para aeroportos que operam de acordo com as regras de vôo por instrumento (IFR) e raio de 13 km para os demais aeródromos.

art. 2º - dentro da ASA não será permitida implantação de atividades de natureza perigosa, entendidas como “foco de atração de pássaros”, como por exemplo, matadouros, cortumes, vazadouros de lixo, culturas agrícolas que atraem pássaros, assim como quaisquer outras atividades que possam proporcionar riscos semelhantes à navegação aérea”.

- *Portaria DAC Nº. 1.141/GM5 /87* – dispõe sobre zonas de proteção e aprova o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromos, o Plano Básico de Zoneamento de Ruído, o Plano Básico de Zona de Proteção de Helipontos e o Plano de Zona de Proteção de Auxílios à navegação aérea e dá outras providências.

- *Portaria DAC 0629/GM 5/84, anexo XC* – Aprova o Plano Específico de Zoneamento de Ruído do Aeroporto Internacional de Viracopos/Campinas, e revisto pelo DAC (Departamento de Aviação Civil) em conjunto com a Prefeitura do Município de Campinas, dando origem a *Portaria DAC nº 102/DGAC, de 05 de março de 1999*, que aprova e efetiva o Plano Específico de Zoneamento de Ruído do Aeroporto Internacional de Viracopos/Campinas, e estabelece Áreas Especiais Aeroportuárias – AEA, classificadas segundo a permissão dos usos em cada uma das áreas determinadas:

AEA 1: permite atividades comerciais, de prestação de serviços, recreação e lazer, atividades ao ar livre e institucional de utilidade pública; permite com restrições o residencial unifamiliar e industrial; e não permite o residencial multifamiliar e institucional que não seja de utilidade pública.

AEA 2: permite atividades comerciais, de prestação de serviços, recreação e lazer, atividades ao ar livre e institucional de utilidade pública; permite com restrições as atividades industriais; e não permite o uso residencial.

AEA 3: corresponde a área patrimonial do aeroporto, onde não são permitidos o uso residencial e atividades de promoção social e institucional.

AEA 4: corresponde a área de expansão principal do aeroporto, onde não são permitidos o uso residencial e atividades de promoção social e institucional.

AEA 5: corresponde a área de expansão secundária do aeroporto, onde não são permitidos o uso residencial e atividades de promoção social e institucional.

Considerando que o ruído aeronáutico constitui-se num dos principais impactos causados pela operação das aeronaves nas áreas do entorno dos aeroportos, no Brasil, o Regulamento Brasileiro de Homologação de Aeronaves - RBHA 36 - Padrões de Ruído, de 01 de março de 1989 estabelece as condições para homologação dessas aeronaves. Esse regulamento partiu das normas e recomendações da Organização de Aviação Civil Internacional-OACI, seguindo basicamente o conteúdo do Anexo 16 - Volume 1 – Aircraft Noise, que estabelece padrões para homologação quanto ao ruído de aeronaves subsônicas à jato e a hélice e helicópteros.

Quanto às restrições operacionais para aeronaves ruidosas, a política brasileira sobre a questão foi estabelecida em 1984, com a aprovação da Portaria 0220/GM5, substituída em 1985 pela Portaria 819/GM5, que basicamente regulamentavam a matrícula das aeronaves NC (não certificadas) sua operação. Em Agosto de 1992, foi aprovada a Portaria 628/GM5, incorporando as instruções da Resolução A28-3 da OACI, passando assim a contemplar a desativação progressiva, a longo prazo das aeronaves. Esta portaria foi revogada pela Portaria 13/GM5 de 05/01/94, complementada pela Portaria 717 de 04/11/99, onde o prazo para desativação das aeronaves ruidosas foi adiado por razões de ordem econômica.

O documento da OACI denominado *Airport Planning Manual – Part 2 – Land Use and Environmental Protection (DOC 9184)*, fornece material orientativo para a adequação do uso do solo nas áreas de entorno dos aeroportos em função do ruído aeronáutico. A OACI dispõe também de material para orientar a medição e o controle do ruído nas áreas de entorno dos aeroportos, procedimentos de redução de ruído e sobre os princípios a serem aplicados para o estabelecimento das taxas de ruído para os aeroportos.

A regulamentação do uso do solo nas áreas de entorno dos aeroportos brasileiros é abordada legalmente no país desde 1979, através do Decreto nº. 83.399. Atualmente esta questão é estabelecida pela Lei nº. 7565 - Código Brasileiro de Aeronáutica de Dez /86, regulamentada pela Portaria nº. 1141/GM5 de Dez /87. O capítulo XIII, Seção I, artigo 64, dispõe sobre Zonas de Proteção e de Zoneamento de Ruído dos aeroportos, de forma que todos os aeroportos do país disponham deste instrumento normativo para adequar o uso do solo às restrições aeronáuticas, nestas áreas.

O Zoneamento de Ruído é a delimitação de áreas para a indicação das atividades compatíveis com os níveis de incômodo sonoro. Este zoneamento é estabelecido a partir do Plano de Zoneamento de Ruído que é um documento normativo do Comando da Aeronáutica que estabelece as restrições ao uso e a ocupação do solo nas áreas I, II e III, definidas pelas curvas de nível ruído I e II.

O Plano de Zoneamento de Ruído pode ser Básico, de aplicação genérica em aeródromos; ou Específico, de aplicação específica a um determinado aeródromo. O Plano é composto por

curvas de ruído e restrições ao uso do solo. As duas “curvas” de ruído são definidas através de metodologia específica onde são considerados como dados de entrada os tipos de aeronaves que operam no aeroporto, a trajetória das aeronaves, os procedimentos de pouso e decolagem, utilização das cabeceiras, horário das operações, entre outros.

Essas curvas representam na realidade o Nível de Incômodo Sonoro, que é uma medida cumulativa de incômodo causado pela operação das aeronaves em IPR (Índice Ponderado de Ruído). A utilização do IPR como a unidade de avaliação do incômodo sonoro, calculada a partir dos dados operacionais do aeródromo e das aeronaves que o utilizam, está definida na NBR-12.859, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, cuja metodologia é consagrada internacionalmente, e utilizada em diversos países para a definição do zoneamento de ruído em áreas aeroportuárias e no seu entorno.

A Curva de Nível de Ruído I e a Curva de Nível de Ruído II são linhas traçadas a partir dos pontos nos quais o nível de incômodo sonoro é igual a um valor pré – determinado e especificado pelo Departamento de Aviação Civil – DAC, em função da utilização prevista para o aeródromo. O nível de incômodo sonoro representado pela curva de ruído I é maior do que o representado pela curva de ruído de nível II;

As áreas contidas dentro das curvas I e II e a área após o limite da curva II são denominadas respectivamente de Área I, Área II e Área III.

A Área I é a área do Plano de Zoneamento de Ruído, interior a curva de nível de ruído I, onde o nível de incômodo sonoro é potencialmente nocivo aos circundantes, podendo ocasionar problemas fisiológicos por causa das exposições prolongadas ;

A Área II é área do Plano de Zoneamento de Ruído, compreendida entre as curvas de ruído I e II, onde são registrados níveis de incômodo sonoro moderados;

A Área III é área do Plano de Zoneamento de Ruído, exterior à curva de ruído de nível de ruído II, onde normalmente não são registrados níveis de incômodo sonoro significativo.

- *Portaria DAC nº. 188 /05* – estabelece os critérios de utilização dos aeroportos situados nas Áreas de Controle Terminal (TMA) de São Paulo, a saber:

- § 2º Aeroporto Internacional de Campinas (Viracopos) – SBKP

- I - Objetivo primário: atender ao tráfego aéreo nacional de carga e internacional não-regular de passageiro e de carga destinado à TMA.

- II – Objetivo secundário: atender ao tráfego aéreo nacional e internacional regular de passageiro destinado à TMA

- III – Serviços autorizados: vôos domésticos regulares de passageiros, de carga e da Rede Postal Noturna; vôos domésticos não-regulares de passageiros e de carga (Charter); vôos internacionais regulares de passageiros e de carga; vôos internacionais não-regulares de passageiros e de carga; vôos não-regulares das empresas de Táxi Aéreo e da Aviação Geral; e atender as ligações não-regulares de passageiros (Charter).

- *Resolução RDC 2, de 8/1/2003-ANVISA* : aprova o Regulamento Técnico, para fiscalização e controle sanitário em aeroportos e aeronaves.

6.5) INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PERANTE O EMPREENDIMENTO PROJETADO

O Aeroporto de Viracopos recebeu em 03/05/2007 a Licença de Operação de suas instalações e, observando à luz das legislações e das normas apresentadas anteriormente, não há nenhum impedimento de ordem legal a obstar o licenciamento da ampliação do Aeroporto de Viracopos/Campinas.

A ampliação do aeroporto, objeto de licenciamento ambiental, atenderá rigorosamente os critérios estabelecidos pela Aeronáutica, Associação Brasileira de Normas Técnicas, entre outras, e estará fundamentada em critérios de engenharia e em normas operacionais específicas, que permitam a execução das obras e posterior operação de maneira adequada e absolutamente segura em termos de controle da poluição ambiental.